

18. A FILOSOFIA NO BRASIL, NA PERSPECTIVA DE IVAN DOMINGUES

Bernardo Goytacazes de Araújo
Núcleo de Estudos Ibérico e Ibero-Americano da UFJF
bernardogoytacazes@gmail.com
Data de recepção: 20/12/2017
Data de aprovação: 01/03/2018

Resumo:

O presente artigo visa demonstrar, em um breve relato, a perspectiva de Ivan Domingues acerca da Filosofia no Brasil. O livro é um ensaio, tendo como resultado, o cruzamento da metafilosofia (filosofia da filosofia) com a história da intelectualidade, da colônia ao presente. Sua abordagem permeia seis passos argumentativos, contendo experiências pertinentes a nossa existência, enquanto formação de uma identidade no pensamento nacional.

Palavras-chave: Metafilosofia, ensaios, Filosofia Brasileira

1.Considerações iniciais

O eminente Prof. Ivan Domingues¹ desdobra-se em sua obra *Filosofia no Brasil – Legados e Perspectivas*, constituindo um livro de ensaios sobre metafilosofia, no Brasil, fazendo uma reflexão filosófica sobre a filosofia. Ao abordar o tema da Filosofia Brasileira, formulou-se uma base sistêmica para entender e processar tudo o que fora pensado e produzido. Esta análise não é uma exegese, nem história da Filosofia Brasileira, mas um livro de ensaios que permeiam o cruzamento entre a metafilosofia e a história da intelectualidade, sendo esta integrada naquela, como parte do entendimento da cultura. Entretanto, dentro desta perspectiva, a história da Filosofia e a exegese filosófica, comandados pela metafilosofia, passam a ser entendidos e usados como fonte e meios para se fazer análise e não como tema ou objeto por si só a ser trabalhado.

O objetivo é de fundamentar os elementos que nos permitem justificar o qualificativo de Filosofia *brasileira*. Estes ensaios fincam raízes na contemporaneidade, para daí retirar suas motivações. Assim sendo, em seis passos argumentativos, em diferentes momentos histórico-temporais do Brasil, serão expostos a composição deste entendimento sobre a intelectualidade, que por aqui passou. Haverá o uso da metodologia dos tipos ideais, de Weber, (flexionados para a Filosofia, e na análise do Brasil, nas atividades intelectuais, em sua diversidade), segundo diferentes contextos, em especial, com a variante da técnica e da construção de modelos, levada a cabo associando a análise histórica, as regras da lógica modal e as variações do pensamento, correlacionando fatos e contra fatos, nos elementos lógicos e da realidade, destacando as cinco figuras intelectuais: 1º) o intelectual orgânico da Igreja, com as *Ratios da segunda escolástica*; 2º) O intelectual diletante estrangeirado, o bacharelismo jurídico, nostálgico da Europa; 3º) O intelectual público engajado nas causas nacionais e; 4º) O *scholar* – erudito; 5º) O intelectual cosmopolita globalizado – aquele que transcende os limites do local e do país, para ganhar o global.

Esses elementos da história da intelectualidade tupiniquim se firmaram em uma grade, com linhas de continuidade histórico-temporais, que darão o cenário necessário e as fundamentações para cada um dos seis períodos citados. Em primeiro lugar, busca-se a formulação do problema, e, assim, vislumbra-se uma perspectiva de pautar, de orientar, esta

originalidade no pensamento brasileiro, como um importante marco, para então se abrir a perspectiva de análise do período pretérito, e até mesmo, o contemporâneo. Em um segundo momento, parte-se para a retomada do passado colonial, onde se percebe que a pouca filosofia existente é fruto de colégios e seminários, bem como do ramo lusitano. Em terceiro, é exposta a deficiência institucional de nossas terras, ressaltando a precariedade do processo de ensino e aprendizagem. Em quarto, a instauração de um sistema filosófico brasileiro, com a implantação dos primeiros departamentos de filosofia no curso das universidades, fundado no início do século XX. Em quinto, a instauração do sistema de obras Filosóficas, no porvir da reforma universitária de 1968. E por último, as perspectivas que se abrem para esta sistematização, uma vez que se chegou a uma certa maturidade intelectual, segundo o elemento propositivo.

Herdados indiretamente da linguística estrutural, mas usados com vistas a outros fins e mediante outros meios ao se perguntar pela positividade ou não de certos traços que definem aquilo que se poderia chamar de Filosofia Brasileira: grosso modo, a existência de autores, de obras, de leitores e de temas brasileiros, ou ligados ao Brasil – podendo estar presentes uns e ausentes outros. Combinando-os com liberdade, mas atento à pertinência, o resultado foi um ensaio metafilosófico, com elementos empíricos e reais (...), perscrutados pelo método das positivities, o método *in praesentia*, e os elementos abstratos – especulativos, ideais e virtuais – pela via do método *in absentia*, descolado do real comum, e voltado para a ordem das ideias ou do pensamento (DOMINGUES, 2017, p.4).

Destaca-se ainda que, na precedência de cada capítulo, o autor fez um esforço hercúleo para produzir uma fundamentação extra filosófica, além de histórica e sociológica, desenhando um cenário situacional, de grande monta, com uma riqueza de detalhes e de embasamento, devendo destaque a algumas figuras como a estruturação analítica de Antônio Cândido, com o modelo literário de análise autor-obra-público, Sérgio Buarque com *Raízes do Brasil*, Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala, além de Sobrados e mucambos*, Darci Ribeiro com *O povo brasileiro*, Caio Prado com *Formação do Brasil Contemporâneo*, Celso Furtado com *Formação econômica do Brasil*, Raymundo Faoro com *Os donos do poder*; além e outros pensadores do Brasil destacando, dentro da Filosofia as figuras de Cruz Costa, com *Contribuição à histórias das ideias no Brasil (1956)* e Paulo Arantes com *Um departamento francês de ultramar (1994)*.

2. O argumento metafilosófico da filosofia nacional: formulação do problema e introdução do recorte temporal

Há um questionamento vinculado sobre a pertinência, ou não, de se falar em Filosofia Brasileira, havendo os que preferiam Filosofia no Brasil. O que se verifica não é só uma questão exatamente de natureza histórica, mas metafilosófica, vocacionando a universalidade da Filosofia, que independe de lugar específico para acontecer.

Desde a colonização, em toda América, há uma tácita diferença entre Portugueses e Espanhóis. Os portugueses foram profundamente agrários e focaram na construção de grandes engenhos e fazendas. Já os espanhóis foram ladrilhadores, fizeram da cidade seu foco de ação – povoamento. Isso nos distingue muito, pois eles conseguiram construir instituições de suma importância, já no século XVI, como as

Universidades, que por aqui só aparecerão nos idos do século XX². Este amadurecimento institucional, o *ethos onde a Filosofia se dará*, para produção do conhecimento, é um dos mais importantes elementos a serem destacados na elaboração do conhecimento Filosófico Brasileiro.

Faz-se um caminho da história da inteligência. E então se chegou ao entendimento de que fazer Filosofia, no Brasil, alguns fizeram, entretanto, fazer Filosofia Brasileira foi um elemento a posteriori.

No período colonial o Brasil se formou fora do Brasil, em um espaço transcontinental, sul-atlântico (Ibidem, 2017). O que aqui chegou, advindo de Portugal, se adaptou à realidade que estava, já instalada. Jesuítas, e outras ordens religiosas, montam seus seminários para formação dos seus³. Se evidencia a carência das instituições, que atrelada às correntes vindas da metrópole sufocavam a colônia Brasileira. “A suposição de transplantação das instituições e correntes de ideias da Metrópole para Colônia (...) deverão ser ajustadas ao novo mundo” (Ibidem, 2017, p.19). Com isso, se fazia supor que a filosofia praticada na colônia era europeia – lusitana, por natureza. O que vamos ter é um pensamento nem lusitano, nem brasileiro, de fato. A ideia de uma filosofia brasileira, segundo o autor, terá sentido a partir de 1960, tendo por base estes déficits retratados, ancorados histórica e sociologicamente, na instauração tardia do sistema de obras filosóficos – inteligência nacional.

1º) A decisão de a pesquisa pôr em relevo os últimos cinquenta anos, ao reconhecer com os ilustres colegas que o ponto de corte e a grande bifurcação que definirão o destino da filosofia seja *no* ou *do* Brasil se darão em algum momento nos de 1960, quando a *intelligentsia* filosófica brasileira chega à sua maturidade; 2º) a necessidade de recuar o empenho analítico bem mais aquém desse período, até o passado colonial mais remoto, para entender o que se passou e por que a filosofia profissional chegou tão tarde entre nós” (Domingues, 2013, p.79).

Outro elemento abordado é a produção de obras acerca dos autores europeus, que será contraposta, a posteriori, por uma originalidade de outros pensadores, ao entenderem que a Filosofia não está presa, mas contida também, na história da Filosofia, e que existe liberdade no exercício do pensamento, promovendo esta originalidade. Não se pode tolher em dizer apenas o que o outro disse.

Assim, quando passamos de simplesmente ter a vontade própria, para chegarmos a ter o pensamento próprio, devem “os sul-americanos abdicar do exótico, pelo nacional, do extemporâneo pelo oportuno e do entusiasmo pela reflexão, para proporcionar o triunfo da maioria sobre a minoria!” (Domingues, 2017, p.25). Se nós já conseguimos chegar a um ponto considerável, na maturidade do pensamento, com a criação de diversas obras e o *scholar*, o restante viria a rebote, graças à força da tradição. Entretanto, essa força se deu, catapultada naqueles que ousaram correr o risco de expor seus pensamentos, de poder comparar o que se pensava, e inclusive de poder errar – isto ainda nos amedronta e nos deixa perplexos, mostrando alguns traços do servilismo, em relação ao que os outros pensam, sobre nossa forma de pensar.

Para tanto, no intuito de formular um arcabouço dos arquétipos dos modelos dos pensadores, da produção da *racio*, brasileira, ou feita no Brasil, com os que por aqui passaram, buscando compreender as várias modalidades do Filosofar que marcaram a experiência de nossa colônia até os nossos dias, serão criados cinco modelos, formas/figuras, de entendimento: 1) *de intelectual orgânico da Igreja*, da segunda escolástica, o tipo do intelectual católico-colonial, ligado à formação e base da Igreja. O maior representante deste grupo será o Pe. Vieira;

transcendeu a Filosofia e a produção do conhecimento, aqui no Brasil, assim como a figura de Francisco de Faria, grande professor jesuíta e que sua obra marcou a produção intelectual na colônia também. Perfaz-se assim a importância dos jesuítas neste início do pensamento brasileiro; 2) *o intelectual do império a república velha: o dileitante estrangeirado*, nostálgico da Europa, advindo, em suma, das hordas do direito; 3) *o scholar, o erudito*, referido a um tipo de intelectual comum ao campo das humanidades, no caso da filosofia, aqui no Brasil, sua gênese consta até os anos 30, quando da fundação da USP, dando origem a uma experiência transplantada, com a missão francesa trazendo de lá seus próprios *experts* em filosofia que nos servirão de modelo, tendo uma legião de exemplos hoje, advindos das hordas da CAPES, e CNPQ – o *homo lattes*; 4) *o tipo do intelectual público* engajado nas causas nacionais, tendo como modelo Euclides da Cunha, autor de os “sertões” esquecidos pela realidade nacional. Produz sua obra, colocando na pena, não só a realidade nacional, mas a originalidade na forma de ver e de refletir sobre a situação nacional. Destaca-se aqui o Pe. Lima Vaz, e sua função como intelectual público do Brasil, entre os anos 60 e 70; 5) *o intelectual cosmopolita globalizado*, pensador engajado como o intelectual público, porém diferente dele com sua agenda política local e inscrita no espaço público da *polis* (cidade ou país), bem como diferente do estrangeirado ou desterrado, com os pés num local e o pensamento em outro: o intelectual cosmopolita globalizado transpõe os limites do local e do país, para ganhar virtualmente o globo ou o mundo. A exemplo de Kant, que nunca saiu de Königsberg, mas fez do seu pensamento uma estrutura global, e, no ponto brasileiro, destaca-se Machado de Assis, que apesar de nunca ter saído do Brasil, universalizou nossa literatura. Este é o ápice, o modelo paradigmático a ser buscado, que contraste a produção de um novo mandarinato do *scholar*, que hoje se mantém no mundo como molde e que aqui se vislumbra na originalidade do pensar brasileiro, sendo este o alvo a ser buscado ou referenciado.

3. O passado colonial e seus legados: o intelectual orgânico da igreja

Argumentação histórica, levando em conta o pacto colonial e a junção da Igreja com a Coroa, deleitando assim nos ditames de ação ao longo dos quase 300 anos de colônia. Sendo assim, ao adentrarmos na formação da colônia Portuguesa, no Brasil, encontraremos um primeiro momento em que, Portugal, apenas “observou” o território, fazendo extrativismo do Pau-Brasil. Nos idos de 1530, Portugal se volta mais ao processo de colonização e enfatiza o caráter exploratório.

Dentro de uma dinâmica no cenário mundial, os Jesuítas estavam sendo fundados e o propósito de contenção da Reforma, com a Contrarreforma sendo levado à cabo com eficiência e galhardia. O mercantilismo comercial firmava raízes com o metalismo, a balança comercial favorável e o protecionismo alfandegário se pautavam como tríade metodológica do sistema. A colônia fora entendida como um elemento agregador de riquezas para este tripé e também como um imenso campo de missão para a expansão da fé católica, seguindo as diretrizes do concílio de Trento.

Ao dividir as terras em grandes concessões, sesmarias (sexta parte), e depois com a adaptação dos *latifúndios*, a administração portuguesa se preocupava em povoar o gigantesco território, entretanto, não só com população, mas com produção (nota-se aqui, que a população que aqui habitava não tinha se quer consciência de capitânicas, quanto mais de povo, nação). O elemento de destaque vem com a cana de açúcar, junto com o sistema de *plantation*. O pacto colonial se instala e a metrópole começa a perceber possibilidade de grandes comercializações. Nesse ínterim, são transplantadas, de Portugal, as instituições para começar ordenamento socioespacial da colônia, com a sua lógica esquemática. Começa-se a identificar um processo de equilíbrio de antagonismos⁴ e que dará sua faceta da seguinte forma: “Uma sociedade patriarcal, (...) das casas-grandes às plantations, das senzalas aos engenhos, ficando a vida política da colônia decidida no reino e pelos governadores gerais de Salvador, BA e depois do Rio de Janeiro” (Ibidem, 2017, p.84). O Senhor, que aqui está, não faz política, pois a recebe da aristocracia da

metrópole (pacto colonial), diferenciando-o do senhor Grego e Romano que eram cidadãos. Os nossos senhores estavam encastelados na Casa Grande, como um Castelo Medieval. Nesse modelo social, o português (agricultor e farmer) se porta de forma conciliadora, diferente do Espanhol – ladrilhador, e que se envereda pelas ações e decisões da cidade.

Há uma forte marcha de interiorização, fazendo-nos agregar uma imensidão de terras, além de Tordesilhas, que vão desde a criação de gado extensivo, à busca por metais preciosos, assim como a criação de um mercado para abastecer a região das minas. Estas, ao longo do final do XVII e início do XVIII, sofreram com crises de desabastecimento, em que muitos moradores morreram de fome, com as mãos cheias de ouro.

Havia um cenário, plenamente deficitário no que tange às instituições e, por conseguinte, à cultura. Éramos vistos como uma terra sem Lei, sem Rei e sem Fé. A língua mais falada era o nhangatu, fora as outras línguas nativas como o Tupi, e as advindas da África. Entretanto, para se fazer uma filosofia nacional, era necessário uma língua nacional, esta não era o português. Para tanto, o ensino ficará a cargo dos Jesuítas que constituíram uma estrutura primária. Sua formatação se dará em colégios e seminários, já que cursos superiores não eram permitidos aqui: “o pacto colonial português proibia o ensino superior neste lado da América, salvo o de Teologia e ao qual estava ligado o de Filosofia” (ibidem, p.116). Isso já nos causa uma grande diferença dos espanhóis, que já no XVI possuíam mais de 4 instituições de ensino superior, completas, nas suas colônias americanas. No Peru, em 1571 surgia a Cátedra de Medicina e 1575 a cátedra de Direito. No final do processo, em comparação com o Brasil, havia mais de 150 mil estudantes na América Espanhola, no século XIX, quando aqui teremos cursos superiores apenas para o preenchimento das formações para o clero, em que, o ensino de Filosofia e de Teologia, assim como de Artes, se fez necessário, não só pela formação dos neo-sacerdotes, como na implantação de um sistema de ensino que será orientado, pela segunda escolástica⁵. Destaca-se, assim, ainda mais a influência do pensamento que perpassava pela Lusitânia, aqui, pois neste período chegava a Portugal as influências e ações da contrarreforma (que naquelas terras, funcionaram como ação reformista). Assim, a segunda escolástica nos vem como pano de fundo de uma mentalidade, que será a formadora de pensamento, instrumentalizada pela *Ratio Studiorum*⁶, com o intelectual orgânico da Igreja:

Ao serem desenvolvidos, ao associar a história intelectual e a pesquisa metafilosófica, eles levarão à pergunta pela originalidade da Filosofia feita no Brasil, e ainda, pela originalidade nacional ou brasileira. (...) o *locus* da filosofia colonial: os colégios dos jesuítas (...) ou seja, a ideia segundo a qual não há filosofia brasileira no período colonial, mas uma filosofia feita no Brasil, e enquanto tal ramo da portuguesa, porém que ao se estender ao Brasil não justifica o qualificativo “luso-brasileira” (...) por se tratar o ramo da segunda escolástica e obra dos jesuítas (ibidem, p.125).

As obras aqui geradas eram precárias e geradas em função da necessidade do ensino. O início do processo literário, na colônia, nos remete à busca pelo início da Filosofia. Assim sendo, em sintonia com Antônio Cândido, é preciso destacar que “a pouca filosofia que havia em nossas terras era, de fato, um ramo da portuguesa” (ibidem, p.140). Sendo assim, o destaque do intelectual orgânico da Igreja – o intelectual medieval, aqui no Brasil, era o Pe. Vieira, e o protótipo de professor, em Francisco de Faria, que atuava no colégio, no Rio de Janeiro, orientando uma importante tese em 1747, que sobreviveu a destruição pombalina, no período do expurgo dos jesuítas, que contribuíram por mais de 200 anos nesta produção na colônia.

4. Independência, império e república velha: o intelectual estrangeirado

A velha estrutura colonial se faz presente com o binômio agrário-patriarcal, entendida como patrimonial, tendo o escravo como base de mão de obra. Migra-se a sede do poder do Nordeste para o Sudeste e há uma forte marcha para interiorização do Brasil, mantendo o viés rural. A corte chega com toda pompa e deficiência no Rio em 1808. Há uma premente necessidade de se implantar uma série de instituições como a imprensa régia, a biblioteca nacional, banco, além do Museu Real.

A carência no processo de ensino e aprendizagem é fruto do déficit no arcabouço das instituições presentes, que só terá mudança significativa no governo de D. Pedro II, que será apelidado de mecenas das ciências e das artes. Deste reduzido estoque de letrados é que surgirá a elite política. O sistema é tão elitista que se chega à conclusão de que não há povo no Brasil, tanto na colônia, quanto no Império e na República Velha.

A independência de Portugal deixa um vácuo, saindo de Coimbra, Porto e Lisboa para Londres e Paris. Começa a surgir o bacharel estrangeirado. Fica uma forte influência europeia na cabeça de quem volta. O grande protótipo deste período foi Joaquim Nabuco, que assim se intitula como intelectual e como político – anglófilo e estrangeirado. Muda-se a perspectiva no país. Migra-se a formação desta intelectualidade nacional. Ou seja, haverá uma mudança no *ethos* do novo intelectual, quando se trocou a ética casuística dos jesuítas, pelo pragmatismo. Haverá no império, a formação de duas grandes escolas de direito (1828): a do Recife e de São Paulo. Delas sairão a nova elite nacional, dando lugar a formação jurídica. Um dos maiores expoentes filosóficos da escola do Recife e que terá uma influência profunda na filosofia nacional será Tobias Barreto. Assim sendo, haverá uma mentalidade capitalista atada aos laços de lealdade feudal, com uma ética católica, longe da ética weberiana (Ibidem, p.254). E se formará o entendimento de duas correntes: a influência portuguesa/da Igreja e os caminhos modernos do pensamento laico.

Com a crescente migração do trabalho escravo para o assalariado, passando do império para a República, a Revolução de 30 também desconstrói antigos paradigmas “desmontando de forma repentina o padrão casa-grande/sobrado e a sociedade agrário-patriarcal, colocando em seu lugar o novo padrão cidade/favela/periferia e a sociedade urbano-industrial” (ibidem, p.239). Não obstante, o Brasil deixava de ser rural, para se tornar cada vez mais urbano, e com isso há uma mobilidade maior entre as classes.

Na República Velha haverá um declínio da escola do Recife e ao mesmo tempo uma realocação das ações e do pensamento na escola de São Paulo. Assim, definitivamente, o Brasil entre na formação de bacharéis que se tornarão políticos e intelectuais⁷.

5. Os anos de 1930 – 1960 e a instauração do aparato institucional da filosofia: os fundadores, a transplantação do scholar e o humanista intelectual público

Durante o período colonial, o Brasil se formou fora daqui, foi transoceânico, comandado por Portugal e tendo o eixo latifúndio-escravista-exportador. Quando dos anos 30 e 40 do século XX este processo vai se alterando, ocorrendo no interior do país, coincidindo com o período do nacional desenvolvimentismo. Assim, agora a Filosofia está na linha de frente, tendo passado pelo intelectual orgânico da Igreja, na Colônia; o diletante estrangeirado no final da colônia até a República Velha; O scholar, quando da fundação da USP, tendo a missão francesa como protagonista.

Estes 30 anos são de fundamental importância para o *turning point* da Filosofia Brasileira, pois é aqui que todo aparato institucional se estrutura para modificarmos nosso rumo de ação. É neste período que o país se fundamenta como urbano e industrial, deixando o binômio rural e agrário, como estrutura do passado. Getúlio Vargas cria no país uma série de instituições fundamentais, como a CSN, a Vale do Rio Doce, Petrobras, Furnas, etc. Isso no dota de um aparato que até então não havia. Na mesma linha de construção deste aparato, com a

saída dos jesuítas do Brasil, lá nos idos do século XVIII, ficou um grande vácuo de organização sistêmica. Até que, no Estado de São Paulo, há a autorização para se convidar uma missão francesa para criar aqui um departamento de Filosofia. Resulta deste processo o *scholar*, fruto da junção do *Virtuose, francês*, e do *expert* americanizado, das ciências duras, advindo da fundação da missão francesa na USP, quando da fundação do departamento de Filosofia.

Assim, como as artes produziram a semana de arte moderna em 1922, a Filosofia também quer buscar sua autonomia e sua fundamentação. Isso, advindo de uma agenda modernizadora com a aliança das elites oligárquicas locais e a missão francesa. Produz-se então um aparato sistêmico que iniciará a produção acadêmica filosófica, de forma mais consistente, propondo a produção do conhecimento pelo conhecimento, de forma autônoma e laica. Isto permanecerá em larga escala, produzindo o *homo academicus*, com uma grande legião de representantes no Brasil ainda hoje, vindoura de uma formação acadêmica CNPQ/LATTES, com o *Homo Lattes*, pós reforma universitária de 1968, com produção de elementos acadêmicos que ainda não chegou no seu ponto máximo, a ser ainda explorado.

6. Os últimos 50 anos: o sistema de obras filosóficas, os scholars brasileiros e os filósofos intelectuais públicos

A Filosofia popular, nos idos de 60 e 70, e a ideia da consolidação do *Intelectual público contemporâneo*, advindo da fusão do Scholar com o intelectual público das humanidades, com viés tanto nas urgências do mundo contemporâneo, como na agenda política nacional com a questão da justiça social.

Chegamos ao ponto de destacar a produção amadurecida que vamos colher, advindos desde o Pe. Vieira, mas numa época em que não havia projeto de nação por aqui, a resposta para estes anseios virá no contexto do Brasil Moderno. Contextualizando os últimos cinquenta anos, aí sim, responde-se a pergunta de uma filosofia brasileira, com uma resposta que abarca São Paulo/USP, verificando a figura do sistema literário em Antônio Cândido, e estendido à Filosofia: há uma intertextualidade, as pessoas se leem, e se referem, e outro elemento a se destacar é a quantidade de filósofos paulistas que se tornarem intelectuais públicos. Corroboram com esta visão figuras como Gianotti, Pe. Vaz e Marilena Chauí, que, formados na escola de tradição franco-alemã. Pe. Vaz, caminhará para o espiritualismo francês, quando os paulistas vão aderir a correntes laicas como o estruturalismo, o marxismo e o existencialismo. Destes exemplos, Gianotti destacará a importância de se fazer filosofia, é fazer história da Filosofia, e vice-versa, não existindo. Já o Pe. Vaz, também adotará este entendimento que fazer Filosofia, é fazer história da Filosofia, nos moldes Hegelianos, entretanto, ele também nos trouxe uma reflexão e uma ação no campo do engajamento público, fora do campo da política, fundando da JUC, e da ação popular que influenciou diretamente o pensamento católico nos idos de 1960 e que depois se afastou da cena pública e se recolheu no ambiente universitário. A figura de Marilena Chauí, Filósofa profundamente engajada nas causas nacionais e sociais, conectadas com a política, via de regra na notoriedade do Petismo, sofrendo o baque ideológico com os desdobramentos dos escândalos demonstrados, na segunda década do século XXI.

Na perspectiva de Antônio Cândido a ideia de formação passa a qualificar nosso desejo literário de independência e liberdade sob o jugo do poder colonial da cultura portuguesa, nosso desejo de autonomia política e literária, e a ela se atrelou o projeto nacional desenvolvimentista como tarefa prioritária da jovem nação brasileira (ibidem, p.538). Assim sendo, o grande resultado será o fim deste processo “colonizador”, ao mesmo tempo que, chegamos na década de 1980, findando a ditadura, iniciando a redemocratização, a abertura econômica e a nova inserção do Brasil no cenário mundial, globalizando-se. Nesse novo ambiente, o nacional desenvolvimentismo se desmonta a ideia do déficit institucional, uma vez que, havendo as estruturas e não a produção que lhe almejava (com a criação da escola do Recife, de São Paulo, e depois a USP, as Federais e as PUCs, que se espalharam pelo país, além dos diversos cursos

de pós-graduação, revistas e congressos), nota-se que o moderno e o arcaico ao se combinarem, devem ser pensados em “*termos de elementos constitutivos de uma modernização forçada em condições de subdesenvolvimento*” (Nobre, 2012b, p.8). Há então, um novo paradigma a ser exposto que é o *getting global* com a inserção na rede informática, sendo esta horizontal, e não mais vertical. Abriu-se o leque de ações e de oportunidades, impondo-se como princípio organizador da produção cultural. O Brasil então vira um misto de subordinação e de certa autonomia decisória.

7. Considerações finais: os novos mandarins e o intelectual cosmopolita globalizado

Neste cenário recontextualizado, em que o Brasil vem mudando de horizonte, há sim o surgimento do intelectual – filósofo, justamente o intelectual cosmopolita globalizado⁸, com quatro traços da tipologia do intelectual cosmopolita globalizado: 1) Ascetismo intramundano; 2) O criticismo; 3) A renúncia ao pessoal e aos interesses particulares em favor do engajamento nas causas sociais e coletivas e; 4) A esfera da cultura como campo de atuação e de embate intelectual.

O caminho percorrido pela literatura, também o foi pela Filosofia. Machado de Assis, de todos o mais universal e com maior lastro, com obras traduzidas em várias línguas, de quem se reconhece o espírito nacional (Ibidem.p.548), é citado, com três grandes elementos, que distinguem a identidade do pensamento: 1) Querer reduzir o nacional, ao local; 2) Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário, e nada mais e; 3) A perspectiva correta está em buscar o universal no particular e em elevar o local ao universal, de modo que a boa literatura é um *mix* do universal e do local⁹. Com isso, findo o trabalho, habilitando-nos a buscar a brasilidade do pensamento brasileiro, se ficaremos com um sistema de mandarinato dos *scholars*, que até aqui venceu, mas não só aqui, mas no mundo todo. Ou ainda, se teremos um expoente personificado, como ocorreu em outros países, como Sartre, Habermas, Foucault etc. O que importa aqui, é a sustentação de que há uma linha de entendimento que hoje nos permite ressaltar que há uma Filosofia, de fato, brasileira. Se tal contexto já se deu na literatura, e nas artes, por que não na filosofia, e com uma mente privilegiada, nascida por aqui?

Notas

1. IVAN DOMINGUES é doutor em filosofia pela Universidade de Paris 1 e pós-doutor pelas Universidades de Oxford e Notre Dame. Atualmente, é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde coordena o Núcleo de Estudos do Pensamento Contemporâneo, dedicado à análise de questões do mundo atual a partir de uma abordagem transdisciplinar. É autor de, entre outras obras, *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas* (1991) e *Epistemologia das ciências humanas* (2004).

2. “No caso da literatura, (...) tudo se consumou no final XIX, quando foi concluído o processo iniciado pelos árcades mineiros nas décadas derradeiras do século XVII. Já na Filosofia, tal se deu a partir dos anos 1960, quando São Paulo começou a colher os frutos da Missão Francesa e terminou o período de formação de seus primeiros virtuosos, período esse tão bem retratado por Paulo Arantes, ao falar do departamento francês de ultramar da Universidade de São Paulo (USP)”. DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil – Legados e perspectivas. Ensaio Metafilosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2017. P.22.

3. “o modo como a Filosofia chegou até aqui: uma filosofia tendo vindo pronta, e em cuja origem mais remota está a transferência da Europa para as Américas de instituições inteiras, de

costumes e das próprias ideias lá geradas, inclusive as filosofias. Trata-se de uma hipótese de transplantação (...)” (Ibidem, 2017, p 28).

4. Gilberto Freyre ressaltará este antagonismo da seguinte forma: “Antagonismo de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (Freyre, 2006, p.116).

5. Pode-se constatar que até havia aqui, alguma produção Filosófica e Literária, mas nos moldes jesuíticos. “Está diante de produções e títulos saídos em série da Companhia de Jesus, com o reconhecimento pontifical e um padrão internacional – como aliás, todas as coisas da Sociedade de Jesus, e, não obstante ajustadas aos meios onde suas afiliadas atuavam.” (DOMINGUES, 2017. P.118).

6 *Ratio*, transplantada de Portugal, e cujas 466 regras, abarcavam tudo, tanto na vida do mestre como do estudante. Assim “não havia filosofia brasileira, nem mesmo luso-brasileira, mas a mesma filosofia dos jesuítas encontrada pelo mundo afora, com o privilégio de um quase monopólio, e que educou nossas elites por séculos!” (ibidem, p.179).

7. “enquanto Recife educou, e se preparou para produzir doutrinadores, homens de ciencia, no sentido que a época lhe conferia, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas de Estado. De Recife partia todo um movimento de autocelebração que exaltava “a criação de um centro intelectual produtor de ideias autônomas” (RAFDR, 1908, p.102). Em São Paulo, destacava seu papel na direção política da nação: sabemos de nossas deficiências teóricas, que não impedem o nosso exercício alargado no comando dos destinos do país” (RFDSP, 1912, p.83, apud SCWARCZ, 1993, p.240).

8. “Cosmopolita como o intelectual público, porém sem carregar sua agenda com a missão e a agenda política, aprisionado ao contexto nacional e local, ao trocá-la por temas da cultura e desafios da atualidade, em uma perspectiva mais ampla e virtualmente universal. E globalizado (...) ao cosmopolita cidadão do mundo, como em Kant, vivendo em seu país.” (Ibdem, p.546).

9. MACHADO DE ASSIS, J. M. *Notícias da atual literatura Brasileira – instinto de nacionalidade*. Obra completa. RJ: José Aguilar, 1959. P. 817.

Referências

DOMINGUES, Ivan. **Filosofia no Brasil: legados e perspectivas- ensaios metafilosóficos**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

_____. Filosofia do/no Brasil: os últimos 50 anos – Legados e desafios. **Analytica – Revista de Filosofia**. Ed. Especial Analytica: 20 anos, v.17, n.2, 2013b.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006 [1933].

NOBRE, M. Da “formação” às redes: filosofia e cultura depois da modernização. **Cadernos de Filosofia Alemã – crítica e modernidade**. V.XIX. SP: USP/Dep. De Filosofia, jan.-jun. 2012. P.13-16.

RAFDR. *Revista. Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*. Recife, I-37, 1891-1929.

RFDSP. **Revista da Faculdade de Direito de São Paulo**. SP, 1-26, 1893-1930.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to demonstrate, in a brief account, the perspective of Ivan Domingues, about the Philosophy, in Brazil. The book is an essay, resulting in the intersection of metaphilosophy (philosophy of philosophy) with the history of intellectuality, from the colony to the present. His approach permeates six argumentative steps, containing pertinent experiences to our existence, while forming an identity in national thought.

KEYWORDS: Metaphilosophy, essay, Brazilian Philosophy.